

**Unicamp**

## **Reserva orçamentária denuncia prioridades da gestão Fernando Costa**

*Modelo privatista de gestão da Universidade faz instituição acumular fundos que não são discutidos com a comunidade universitária \* STU reafirma cobrança da isonomia*

No último dia 23 o jornal “O Estado de S. Paulo” divulgou que as três universidades públicas paulistas encerraram o ano fiscal de 2012 com R\$ 6 bilhões em caixa. A Unicamp teria um saldo de R\$ 1,1 bilhão (excluídas as verbas extraorçamentárias) e, ainda segundo o jornal, “grande parte” desse valor teria sido justificado pela reitoria como um fundo para pagar despesas já assumidas. O que não estaria comprometido com restos a pagar constituiria uma “reserva técnica” de R\$ 244 milhões para cobrir eventuais quedas de receita.

Ao invés de exigir respeito do Governo do Estado à legislação que determina o repasse do ICMS e cobrar o aumento do percentual congelado há mais de 20 anos, a reitoria prefere a lógica da “poupança própria”.

Que a transparência orçamentária não é uma característica da atual gestão a diretoria do STU já afirma há muito tempo, mas tais informações – disponibilizadas de forma quase cifrada no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios de São Paulo (Siafem) – evidenciam como a comunidade universitária não tem nenhum acesso ao debate sobre prioridades do uso do dinheiro público.

Enquanto isso, a Universidade convive com *campi* mal iluminados e desestruturados (como em Limeira), bibliotecas que inundam quando chove, déficit de laboratórios, uma folha

de pagamento que encolheu 12% na última década (dados do Anuário Aelplan/2012), entre outros problemas.

O STU volta a cobrar da reitoria a abertura da “caixa preta” orçamentária, especialmente os valores arrecadados por fora dos repasses do ICMS e como são gastas as verbas da Universidade. Esta gestão deve explicações à comunidade universitária e à população paulista. A defesa da autonomia universitária inclui a garantia de transparência do bom uso do dinheiro público.

Desde o Conselho Universitário orçamentário ocorrido em 18 de dezembro do ano passado, a reitoria se recusa a responder às cobranças de informações formalizadas pelo STU. A Universidade também não publiciza o que respondeu aos questionamentos

sobre os supersalários apontados pelo Tribunal de Contas.

**Por que a reitoria Fernando Costa nunca se preocupou em criar um fundo de reserva para garantir o respeito à isonomia ao longo do tempo, mesmo em casos de queda de receita, assegurando o controle do “impacto na folha de pagamento”?**  
**A resposta: Falta de vontade política!**

**Sucessão na Unicamp**

### **Debate final com os reitoráveis**



Não esqueça que neste dia 1º de março (sexta-feira) ao meio dia acontecerá um novo debate entre os candidatos à reitoria da Unicamp. O evento, promovido pelo STU, Adunicamp e DCE, tem início ao meio-dia no auditório 3 do Centro de Convenções e será a última oportunidade para a categoria cobrar dos reitoráveis compromisso com as reivindicações dos trabalhadores.

As entidades e os candidatos solicitaram à reitoria a liberação de trabalhadores e estudantes de suas atividades para participação no debate.

## Feminismo

# Ato do Dia Internacional da Mulher em Campinas acontece no sábado (9)

A manifestação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher em Campinas está confirmada para o dia 9 de março (sábado), a partir das 9 horas na Praça da Catedral. O STU é parte das entidades organizadoras e chama a atenção de todas as mulheres – e também homens – da categoria para que participem. O tema de destaque do ato neste ano é o combate à violência contra a mulher.

A comemoração do Dia Interna-

cional de Luta da Mulher contra a opressão e a superexploração sexista tem suas origens em 1910, quando a feminista alemã Clara Zetkin propôs a inclusão da data no calendário de mobilizações discutido na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em homenagem à ação das operárias no dia 8 de março de 1917, precipitando o início da Revolução Russa – que trouxe uma série de direitos às mulheres: voto, legali-

zação do aborto, divórcio, etc. Entrou para a história também a repressão patronal a uma greve de operárias em Nova Iorque (EUA), quando 129 tecelãs foram queimadas vivas no dia 8 de março de 1857 após o dono da fábrica mandar trancar as portas e atear fogo ao local.

Até hoje as mulheres têm muito pelo que lutar e por isso o 8 de março se reafirma todos os anos.

**Lugar de mulher é na luta!**

## Direitos

# STU cobra à PG parecer sobre 30% para vigilantes

O sindicato encaminhou ofício à Procuradoria Geral da Unicamp cobrando publicização do parecer que o órgão anunciou que seria feito sobre o direito dos vigilantes que atuam na Universidade ao adicional de 30% sobre os salários a título de periculo-

sidade. Até o momento, as informações divulgadas pela administração são de que os profissionais da área na Unicamp não teriam direito ao benefício por serem contratados como vigias (função que não requer preparo técnico específico) e não como vigi-

lantes. Mas o fato é que os trabalhadores em segurança da Universidade atuam como vigilantes, inclusive com foco muito mais orientado à guarda patrimonial e segurança privada da reitoria do que na proteção à integridade da comunidade universitária.

## E o salário do Paulão, vai para quanto?

Em 1º de novembro de 2012, o reitor Fernando Costa agraciou o ex-pró-reitor Paulo Eduardo Rodrigues Moreira da Silva “Paulão” com o cargo de Assessor da Administração Superior (que ninguém sabe muito bem para que serve).

O mimo parece “compensar” o candidato impugnado a vice-prefeito da cidade após deixar o cargo de pró-reitor. Destaque-se a candidatura de Paulão foi impugnada pela Lei da Ficha Limpa.

Estranhamente, a portaria só foi publicada em Diário Oficial em 3 de janeiro. Mais estranho ainda é o fato da nomeação ter sido assinada pelo

reitor um dia após a edição do **Boletim do STU** nº 58/2012 divulgar que um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado determinou que diversos dirigentes da Universidade devolvessem valores recebidos acima do limite legal de salários no ano de 2009. Paulão era chamado a ressarcir mais de R\$ 40 mil. Até o fechamento dessa edição não há publicação de novo despacho sobre o caso no site do TCE.

O ex-pró-reitor também é citado pelo TCE entre os supersalários da Unicamp, com rendimentos médios de R\$ 39 mil/mês em 2011.

De acordo com a resolução GR-

17, de 2009, a remuneração para o cargo ocupado por Paulão é de até 50% do salário de um professor MS-3 (cerca de R\$ 4 mil). Com a palavra, a reitoria, que além de dever explicações sobre os salários considerados ilegais pela auditoria do Tribunal de Contas, conferiu ao referido docente a possibilidade de receber ainda mais do que já vinha sendo questionado. Ou será que Paulão assumiu o cargo sem remuneração?

A diretoria do STU considera inaceitável alguém que responde a tantos questionamentos ser nomeado para um cargo de gestão.